

MARCO MACIEL

PACTO PELA
EDUCAÇÃO

1996

MARCO MACIEL

PACTO PELA
EDUCAÇÃO

1996

21 m sistema político eficaz é aquele capaz de fazer dos postulados democráticos o compromisso cotidiano da cidadania. Não apenas por sua garantia formal, mas por seu exercício efetivo. Uma sociedade democrática, por sua vez, não se esgota na proteção jurídica dos direitos e garantias individuais. Ela se consoma na efetivação dos direitos econômicos e sociais, sem os quais teremos sempre e fatalmente uma sociedade dualista.

Considerados sob esse aspecto, Política e Educação estão submetidos aos mesmos princípios e exigem respeito à liberdade individual, acatamento à diversidade humana e preservação do pluralismo. Parodiando o velho dilema para saber se os países são ricos porque são educados, ou são educados porque são ricos, existe a convicção de que um bom sistema político depende essencialmente de um sistema educacional universalizado, eficiente e dinâmico.

Hoje, sabemos que não são apenas o crescimento material, o desenvolvimento econômico, o aprimoramento social e o desfrute dos bens culturais e espirituais que levam uma sociedade adequadamente educada e apta a

transformar em benefícios coletivos as conquistas da ciência e do conhecimento. Mais do que isso, temos consciência de que a própria sobrevivência humana está condicionada pela possibilidade de acesso a todas as formas de conhecimento produzidas pelo homem.

A incapacidade de dar a todos a possibilidade de realização de suas próprias potencialidades, pelo conhecimento e pela educação, gera mais exclusão e injustiça

A manutenção e a expansão do emprego, uma fonte permanente de preocupação em todos os países do mundo, estão associadas à possibilidade de adquirirmos e aprimorarmos o conhecimento e as técnicas que vêm revolucionando as formas tradicionais de produção industrial, de intensificação do comércio, de criação intelectual e do próprio lazer. Sociedades prósperas, portanto, são, necessariamente, não apenas sociedades educadas, mas aquelas capazes de se educarem permanentemente.

Nenhuma fragilidade, por isso mesmo, é mais cruel, nenhuma gera mais exclusão e injustiça

do que a incapacidade de dar a todos a possibilidade de realização de suas próprias potencialidades, por meio do conhecimento, da educação e do acesso aos bens culturais. Este é o desafio que, neste fim de milênio, ainda estamos por vencer.

Tivemos êxito em desenvolver, como mencionava Gilberto Freyre, a mais bem sucedida civilização dos trópicos. Efetivamos conquistas no campo cultural e no desenvolvimento científico, de que podemos nos orgulhar. Expandimos e diversificamos a herança de gerações de brasileiros e estrangeiros que, associados ao nosso esforço, construíram este País promissor.

*O dualismo que nos
separa sobrevive, porque
não fomos capazes de
vencer o único problema
estrutural brasileiro, que
é o da educação*

Vencemos obstáculos e tentações particularistas que atingiram, quando não dilaceraram, outros povos. Mantivemos nossa unidade territorial, preservamos nossa unidade lingüística, exploramos nossas potencialidades naturais e adquirimos, pela nossa tradição pacifista, o

respeito da comunidade internacional. São incontestáveis êxitos nos mais variados campos da atividade humana.

Esses obstáculos foram sempre problemas conjunturais na trajetória histórica de toda a Nação. Por isso, fomos capazes de vencê-los, com maior ou menor grau de eficiência. Conseguimos consenso em matérias tão importantes como dominar a inflação e evitar os riscos da desagregação econômica, com um plano tecnicamente bem formulado, politicamente viável e socialmente justo, na medida em que se ampliaram os mecanismos não conflitivos de distribuição de renda.

Lamentavelmente, no entanto, não tivemos o mesmo sucesso no campo social, a despeito da convivência pacífica e da solução incruenta de nossas mais agudas divergências internas. Continuamos, como salienta o Presidente Fernando Henrique Cardoso, não um país subdesenvolvido, mas, infelizmente, um país injusto. O dualismo que nos separa sobrevive, porque não fomos capazes de vencer o único problema estrutural brasileiro, que é o da educação.

*Não basta alfabetizar.
Educar é
instrumentalizar o ser
humano como
cidadão, proporcionando-
lhe perspectivas de
progresso pessoal e de
mobilidade social*

Não me refiro apenas aos seus aspectos formais, que incluem a diminuição das taxas de evasão e repetência e a ampliação dos benefícios proporcionados pela qualidade de ensino, mas sim a algo mais abrangente e substantivo, que é a educação como instrumento vital de preparação para a vida. Jamais, desde que nos tornamos uma nação independente, deixamos de vencer etapas decisivas na luta contra o analfabetismo.

A questão, no entanto, é que não basta alfabetizar. Educar é muito mais do que isso. É, sobretudo, instrumentalizar o ser humano como cidadão, proporcionando-lhe, por meio de sistema educacional universalizado, eficiente e de alto padrão de qualidade e rendimento, perspectivas de progresso pessoal e de mobilidade social. Neste sentido é que venho insistindo na tese, a meu ver

incontroversa, de que a questão educacional é, efetivamente, o verdadeiro desafio estrutural que estamos sendo chamados a vencer neste fim de século.

Certamente há muitas e profundas razões para o nosso atraso. Uma de caráter histórico, cultural e sociológico, de que é exemplo a circunstância de termos sido o último país a abolir a chaga terrível da escravidão, cujo fim Joaquim Nabuco transformou no apostolado de sua vida. Da escravidão, decorrem, em grande parte, o dualismo e a exclusão social de que hoje somos uma das principais vítimas em todo o mundo, em razão da expressão política, econômica e demográfica que atingimos no concerto universal.

Outras razões são incontestavelmente políticas, como o modelo elitista que timbramos em não sepultar e que hesitamos muitas vezes em simplesmente reformar. Dele decorrem os males atávicos do Estado brasileiro, barreira e proteção para os privilégios que beneficiam a poucos em detrimento de quase todos. O patrimonialismo, tantas vezes denunciado, mas tão pouco combatido, provém dessa visão egoísta, anti-cristã e insolidária de uma parte das elites brasileiras que se recusa a repensar o seu papel e a questionar o seu próprio desempenho.

O esforço em modernizar as relações sociais, em democratizar as relações do Estado com a sociedade e o de criar condições para o harmônico e sustentado desenvolvimento econômico, social, político e cultural do País, em que estamos todos empenhados, encontra as mesmas e sistemáticas resistências que geram o grave problema estrutural da educação brasileira.

*Outras causas do nosso
atraso são
incontestavelmente
políticas, como o modelo
elitista que timbramos em
não sepultar e que
hesitamos muitas vezes
em simplesmente
reformular*

Todo o País tem podido testemunhar a obstinação e o empenho que, para vencer esses obstáculos atávicos, vem desenvolvendo o governo. Tão importante quanto o empenho para lograr esse objetivo político nacional é o esforço que todos estamos obrigados a desenvolver para convencermos a opinião pública de que não temos alternativas: ou conseguimos a modernização institucional do País ou seremos tragados por nossa própria ineficiência.

Isto vai exigir superar preconceitos de toda natureza. Os de cunho ideológico, que insistem na falsa oposição entre ensino público e ensino privado, por exemplo, quando necessitamos tanto de um quanto do outro, pela questão vital da liberdade do ensino e do pluralismo democrático, que não admite distinções quanto à natureza universal da ciência e do conhecimento. Há os preconceitos de natureza política, que é preciso eliminar para que a representação popular seja capaz não apenas de reproduzir a composição de classes ou de qualquer outra natureza do eleitorado, mas estar em sintonia, de forma permanente, com as aspirações nacionais.

É necessário, pois, um pacto de Estado para termos uma sociedade mais justa, uma economia mais próspera e um sistema político que reflita as permanentes aspirações nacionais por democracia, desenvolvimento e solidariedade social. Um entendimento dessa natureza tem de inverter a tendência histórica de tratarmos o problema educacional como apenas mais uma das prioridades brasileiras, quando ela é, na realidade, a mais premente e a que não pode ser confrontada com qualquer outro objetivo do nosso País como Nação.

O caminho escolhido de dar prioridade ao ensino fundamental não se esgota nas medidas já em debate no Congresso Nacional. Essa

alternativa apenas resgata uma parte da nossa dívida com a cidadania. Teremos de fazer um razoável esforço de investimento e de aprimoramento dos recursos humanos para a qualificação da força de trabalho, se quisermos manter nossa competitividade econômica e aumentar nossa participação no comércio mundial.

Será necessário, por outro lado, melhorarmos de forma constante a qualidade do ensino de terceiro grau, encontrando mecanismos socialmente mais justos para o financiamento da universidade brasileira, e investirmos mais em ciência e tecnologia, inclusive por meio de um maior engajamento da sociedade.

*É necessário, pois, um
pacto de Estado, para
termos uma sociedade
mais justa, uma economia
mais próspera e um
sistema político que
reflita as permanentes
aspirações nacionais por
democracia,
desenvolvimento e
solidariedade social*

É preciso, no entanto, que tais mecanismos tenham, como contrapartida, o compromisso com a qualidade e com a eficiência, que não se mede apenas pelas instalações físicas e pela disponibilidade de equipamentos, nem sempre adequadamente utilizados na busca da excelência universitária.

É chegada a hora de tomarmos consciência de que os mais graves problemas brasileiros não estarão equacionados e resolvidos enquanto não equacionarmos e resolvermos os desafios da universalização do ensino e dos fundamentos da educação nacional. É fundamental que toda a sociedade se convença da dependência direta que existe entre a falta de igualdade de oportunidades para todos e a injustiça social. Essa igualdade, só a educação, o conhecimento, a cultura e o desenvolvimento científico e o estímulo aos valores intelectuais e, até, espirituais, podem proporcionar.

Em toda parte do mundo, marginalização, desigualdade e exclusão social estão associadas à falta ou precariedade de um sistema educacional justo e universalizado, como o mais elementar de todos os requisitos para transformar seres humanos em cidadãos.